

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA de 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLÉIA GERAL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
14 de junho de 2010.

Aos cinco (14) dias do mês de junho de dois mil e dez, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com sede à Av. Ramiro Colleoni, nº 05, Vila Dora, Santo André, às 10h00, realizou-se a Quinta Reunião Ordinária da Assembléia Geral, com a presença do Excelentíssimo Prefeito do Município de Ribeirão Pires e Presidente do Consórcio, Prof. Clóvis Volpi, do Excelentíssimo Prefeito do Município de Diadema e Vice- Presidente do Consórcio, Arq. Mário Reali, do Excelentíssimo Prefeito do Município de Santo André, Dr. Aidan Antônio Ravin, do Excelentíssimo Prefeito em exercício do Município de São Caetano do Sul, Walter Figueira Júnior, do Excelentíssimo Prefeito do Município de Mauá, Prof. Oswaldo Dias, e do Excelentíssimo Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, Dr. Adler Alfredo Jardim Teixeira, e seus respectivos Assessores. Ausente o Excelentíssimo Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Dr. Luiz Marinho. Presente seu assessor, Sr. Alfredo Buso. Presente, também, a Secretária Executiva do Consórcio, Dra. Eliana Bernardo da Silva. INÍCIO. – O Presidente Prof. Clóvis Volpi iniciou os trabalhos dando bom dia e agradecendo a presença de todos. Informa, para fins de constar em ata, que a reunião anteriormente agendada para o dia 07/06/10 foi transferida para esta data, em razão da presença dos Prefeitos na inauguração, pelo Governador do Estado de São Paulo, Dr. Alberto Goldman, do piscinão da FORD. Por unanimidade, os Prefeitos aprovaram e assinaram a 4ª Ata da Reunião Ordinária, realizada em 03/05/10, bem como da 1ª Reunião Extraordinária, realizada com o DAEE em 15/04/10. Na seqüência, foi aprovado, por unanimidade, e assinados, os Contratos de Programa da Casa Abrigo Regional. A Secretária Executiva deverá publicar referidos Contratos de Programa, e posteriormente encaminha-los aos Municípios, para arquivo.

1) CRIAÇÃO DO GT DEFESA CIVIL, NO EIXO INFRA-ESTRUTURA. A Secretária Executiva do Consórcio entregou aos Prefeitos, apostila contendo a composição das Coordenações de Defesa Civil de cada Município, bem como fotos dos últimos eventos catastróficos ocorridos na região, por Município, tudo juntado nos autos do PA. Nº 10/2010. Explicou a importância da criação do GT Defesa Civil, primeiro para que todos os componentes de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) tivessem as mesmas informações quando necessário comunicação com a Coordenadoria Regional do Corpo de Bombeiros. Informou, igualmente, que o Grupo, já trabalhando informalmente desde fevereiro/10, planejava participar do Planejamento Regional de 2011/2020, bem como proceder à unificação dos procedimentos internos e diários das as COMDECs. A proposta foi aprovada por unanimidade.

2) CRIAÇÃO DO GT CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR, NO EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL. A Secretária Executiva do Consórcio passou aos Prefeitos cópia do pleito trazido ao Consórcio, pelos Coordenadores dos PROCONS da Região, onde solicitam a criação do GT, visando a unificação de procedimentos dos PROCONS da região, bem como participação de Planejamento Regional 2011/2020, e organização do Primeiro Congresso Intermunicipal de Direito do Consumidor do Grande ABCDMRR, no mês de setembro de 2010, entrando como ação regional de 2010. O pleito foi aprovado por unanimidade. O pedido encontra-se juntado nos autos do PA. Nº 25/2010.

3) CORREDOR VERDE. 4) REUNIÃO COM ARTESP E ECOVIAS. O Presidente do Consórcio passou a palavra ao Prefeito Mário Reali, que colocou aos

Prefeitos que está em discussão no Subcomitê Billings, o assunto do Corredor Verde, ou seja, a faixa da Imigrantes ligando o Parque do Estado à área de proteção da Billings. A proposta do Subcomitê é que haja uma pauta com o DERSA e ECOVIAS. Pretende, igualmente, reunião com a ARTEST e ECOVIAS, para tratar dos seguintes assuntos: 1) Intervenções previstas no sistema Anchieta-Imigrantes, para absorver os impactos do Redoanel; 2) Obras Viárias; 3) Acesso e 4) melhorias nos trevos. O Prefeito Clóvis sugere reunião extraordinária, no primeiro momento com ARTESP e ECOVIAS, devendo o Consórcio solicitar que tragam à reunião contratos e cronogramas de obras para explicação aos Prefeitos. Num segundo momento, seria agendada reunião com a DERSA, gestor da compensação. Os Prefeitos concordaram e o Presidente Clóvis Volpi solicitou à Secretária Executiva do Consórcio para providenciar o necessário. 5) UNILIGAS. O Presidente explicou aos Prefeitos que foi procurado pela UNILIGAS, cujos membros pretendem que o Consórcio disponibilize verba para que aconteça a 5ª Copa ABC. Alega ter informado aos mesmos que o orçamento do Consórcio não comporta mais essa despesa. Aberta a discussão entre os Prefeitos, ficou deliberado que a Secretária Executiva do Consórcio deverá oficializar à Uniligas, informando que, por decisão da Assembléia Geral, cada liga de futebol deverá oficializar ao Prefeito de sua cidade, que decidirá pelo Município. 6) FRENTE PARLAMENTAR. O Presidente informou aos Prefeitos que foi procurado pela Frente Parlamentar da região, que pretendem um espaço no Consórcio, com computador, telefone e uma secretária, para fazer o contato entre a frente parlamentar e desta com outros órgãos, agendamentos de compromissos etc. Pretendem, igualmente, espaço físico para a celebração das reuniões da frente, bem como terem assento garantido nas reuniões da Assembléia Geral. O Presidente informa que as reuniões da Frente Parlamentar já estão acontecendo no Consórcio há mais de um mês. Com relação à estrutura do Consórcio ser disponibilizada para a Frente Parlamentar, o Presidente coloca aos Prefeitos que nada tem a opor, cabendo à Secretária Executiva disponibilizar uma funcionária do Consórcio para cuidar dos trabalhos, atendendo o pedido. Com relação à Frente Parlamentar ter assento nas reuniões da Assembléia Geral, o Presidente colocou em discussão, tendo os Prefeitos rejeitado a proposta, uma vez que a Assembléia Geral é reunião dirigida aos Prefeitos, como representantes do Poder Executivo. O Presidente solicitou à Secretária Executiva que oficiasse ao Presidente da Frente Parlamentar, Sr. Dr. Otávio Manente, informando a este que em razão do Consórcio tratar-se de instituição formada por Poderes Executivos dos sete municípios, a Frente Parlamentar poderá assistir às reuniões quando eventuais assuntos da pauta disserem respeito ou forem de interesse das Câmaras Municipais. Solicitou, outrossim, que após confeccionado o ofício, seja encaminhado aos e-mails dos Prefeitos, para que estes aprovem a redação. 7) REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE MOTOFRETE NO GRANDE ABC. O Presidente informou aos Prefeitos que o Sindicato dos Empregados Condutores e Prestadores de Serviços com Veículos de Transportes Rápido Motorizado, Motonetas, Motocicletas e Similares de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Suzano e Mogi das Cruzes, solicitou a ação do Consórcio para que seja regulamentada a profissão de motofrete na região do Grande ABC. Informou que o parecer exarado pela Diretoria Jurídica do Consórcio, nos autos do PA. Nº 15/2010, é no sentido de que o pleito não tem amparo legal, e sugere que cada cidade decida por si a viabilidade ou não da regulamentação pleiteada. Sugeriu, também, que a matéria fosse estudada pelo GT Mobilidade. Aberta a discussão, os Prefeitos deliberaram no sentido de o Consórcio oficializar para cada Município, solicitando informações se existe algum pleito, no sentido da regulamentação pleiteada pelo Sindicato, bem como se existe planejamento municipal para este fim. Vinda as respostas, o Consórcio deverá encaminhar a questão para estudo do GT Mobilidade.

8) AUMENTO DO VALOR DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS NA REGIÃO, EM DECISÃO REGIONAL DO CONSÓRCIO. O Presidente do Consórcio informou aos Prefeitos que o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo do ABC-SETC/ABC, solicita ação conjunta dos sete Prefeitos, para autorizar, via Consórcio, o reajuste tarifário na região do ABC. Informou, ainda, que o parecer exarado pela Diretoria Jurídica do Consórcio, nos autos do PA. Nº 17/2010, é no sentido de que o pleito não tem amparo legal, bem como as discussões poderão ocorrer no Consórcio, mas a medida legal é de cada município, em razão de suas peculiaridades. Aberta a discussão, os Prefeitos deliberaram no sentido de a Secretária Executiva do Consórcio oficiar para cada Município, questionando se as empresas de ônibus que prestam serviços no Município são isentas de ISS, e quanto isso representa para o Município, em questão de valores, bem como se o Município compensa as empresas de ônibus pelas gratuidades que ela pratica (idoso, paraplélicos etc), e quais são elas. 9) FUNCRAF. A Secretária Executiva do Consórcio demonstra aos Prefeitos os percentuais de cada Município, para novo ajuste com a FUNCRAF, visando o pagamento do aluguel da entidade, que presta serviços no Município de São Bernardo do Campo, nas áreas auditiva e de fissura lábio-palatal, conforme solicitado na reunião anterior. Informou que caso os Prefeitos autorizem, o Consórcio deverá firmar novo Convênio com a FUNCRAF, para repasse do valor dos alugueres mensais, bem como firmar com os Municípios Contrato de Programa, onde estes se comprometerão a repassar os valores, cuja tabela segue anexa, sendo os seguintes: Santo André: 31,62%, equivalentes a R\$ 5.691,60; São Bernardo do Campo: 40,46%, equivalentes a R\$ 7.282,80; São Caetano do Sul: 2,54%, equivalentes a R\$ 457,20; Diadema: 13,52%, equivalentes a R\$ 2.433,60; Mauá: 8,94%, equivalentes a R\$ 1.609,20; Ribeirão Pires: 1,63%, equivalentes a R\$ 293,40; e, Rio Grande da Serra: 1,29%, equivalentes a R\$ 232,20, perfazendo o valor atual total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). O pleito foi aprovado pelos Prefeitos, por unanimidade. 10) INFORMES. Na seqüência, a Secretária Executiva passou a explicar os informes. No item "3" dos informes, o Presidente explicou aos Prefeitos que o FORUM REGIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO GRANDE ABC solicita participação nas discussões do GT Igualdade Racial, mas que o órgão está organizado legalmente, sendo regra do Estatuto vigente, que as entidades da sociedade civil tenham esta condição. Colocado em discussão, o pleito foi rejeitado, até que a entidade se regularize perante a lei. Quanto ao item "4" (TV ABC), o Presidente explicou aos Prefeitos tratar-se de pleito para que seja implantada a TV Regional, sob a forma de cabos, demonstrando aos Prefeitos o valor inicial para rateio, referente à implantação, no importe de R\$ 357.500,00 (trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), incluídos a instalação, equipes, equipamentos, programação (que também pode ser fornecida pelos Municípios), ficando o Consórcio responsável pelo requerimento do cabo, junto à NET, além de figurar como o gestor do contrato. O prazo de implantação seria de 30 a 60 dias, para operação plena. A Secretária Executiva do Consórcio informou aos Prefeitos que os Assessores Regionais teriam sugerido que a questão seja analisada pelos Secretários de Comunicação dos sete municípios. Aberta a discussão, os Prefeitos concluíram que existem inúmeras empresas que poderiam prestar este tipo de serviço à região, por meio do Consórcio. Todavia, o Consórcio deveria abrir licitação para a contratação. Tendo em vista que os Prefeitos demonstraram pouco conhecimento sobre esta questão, o Presidente solicitou à Secretária Executiva do Consórcio fosse agendado encontro com o Ministro das Comunicações, ou seu Secretário Executivo. Poderiam ir à Brasília pelo menos dois Prefeitos, representando o Consórcio, para se inteirarem de qual o melhor caminho para perseguir, no sentido de implantar-se a TV Regional. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Consórcio, Prof. Clóvis Volpi, deu por cumprida a pauta e encerrou a reunião, cuja ATA, após lida

e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Eliana Bernardo da Silva, Secretária Executiva do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-

.....

Região do ABC Paulista, em 14 de junho de 2010.

Prefeitos signatários, presentes na 5ª. Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

CLÓVIS VOLPI
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI
Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Diadema

AIDAN ANTÔNIO RAVIN
Prefeito do Município de Santo André

JOSÉ AURICCHIO JUNIOR
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

OSWALDO DIAS
Prefeito do Município de Mauá

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata de 5ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal das Grande ABC.

ELIANA BERNARDO DA SILVA
Secretária Executiva da Presidência